

“AUTÔNOMO, INDEPENDENTE, HORIZONTAL...”: A REEMERGÊNCIA DAS LUTAS AUTÔNOMAS NO BRASIL

Lucas Maia*

Introdução

As palavras não são isentas de sentido político. Há que se distinguir entre palavras simples, que expressam conteúdos simples e palavras complexas, que expressam conteúdos complexos. Por exemplo, o termo “cadeira”. Ninguém coloca em xeque o objeto que esta palavra expressa. Pode-se levantar dúvidas sobre o tipo de cadeira: se de metal, madeira, se confortável, se bonita etc. Mas cadeira é cadeira. Algo diverso se passa com a palavra “ideologia”, por exemplo. Há um conjunto de definições possíveis, de usos políticos possíveis. Para os positivistas clássicos, tinha o sentido de saber maculado por juízos de valor, para alguns anarquistas contemporâneos, significa uma forma de conhecimento, que expressa determinados valores, bem como práticas políticas. Para os marxistas, ideologia é falsa consciência sistematizada. Para o chamado “senso comum”, seria um conjunto de ideias etc. Vê-se com facilidade que “cadeira” é uma palavra simples e que “ideologia” é uma palavra complexa.

Este debate é perfeitamente cabível aos termos *autônomo*, *independente*, *horizontal...* As reticências servem a nós para demonstrar que há outras expressões que aparecerão ao longo do texto. Estas são palavras complexas, que expressam conteúdos complexos e são objeto de disputa política por grupos, movimentos e classes sociais.

O que significam cada uma destas palavras, ou melhor, destes conceitos, no contexto das lutas sociais contemporâneas no Brasil? Por que adquiriram a importância que tem hoje nas lutas sociais, sobretudo após as Jornadas de Junho de 2013? O que cada um destes termos e eles em seu conjunto significam e a que termos (e conteúdos) eles se opõem?

* Professor do Instituto Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

Novas palavras, velhos conteúdos

Junho de 2013 no Brasil ainda não acabou. Na verdade, as lutas sociais empreendidas naquele período colocaram as lutas de classe no país em novo patamar. As chamadas “manifestações coxinhas” que aconteceram, sobretudo, em fins de 2014 e primeiro semestre de 2015 não adquiriram a importância que os meios oligopolistas de comunicação e setores conservadores da sociedade lhe deram. Contudo, as lutas sociais de setores mais empobrecidos da sociedade permanecem, não com a visibilidade de 2013, mas com a pertinência comum às lutas dos trabalhadores.

Como demonstramos em Maia (2014), as manifestações de Junho de 2013 não se iniciam neste ano. Remontam ao início dos anos 2000. Da mesma feita, tais manifestações não são um exclusivo produto tupiniquim, pois características semelhantes podem ser evidenciadas em outros países. O Movimento Antiglobalização, que adquiriu grande importância em fins dos anos de 1990 em sua luta contra o neoliberalismo e as corporações transnacionais colocou em cena um conjunto de grupos políticos, bem como recuperou concepções que estavam esquecidas desde Maio de 1968 (comunismo de conselhos, anarquismo, luxemburguismo, situacionismo etc.). Este conjunto de ideias políticas associadas a uma série de práticas em protestos marca, em certa medida, o início dos processos de contestação mais amplos à atual etapa do capitalismo, o regime de acumulação integral¹.

O regime de acumulação integral estabelece-se como forma de organização dominante do capitalismo transnacional a partir de 1980. Caracteriza-se pela reestruturação produtiva (implantação das técnicas toyotistas de exploração da força de trabalho, caracterizando um aumento da exploração à escala global). Tal reestruturação exige uma reformulação na esfera estatal, momento em que se começa a implantação do neoliberalismo: Margaret Thatcher (1980) na Inglaterra, Ronald Reagan (1981) nos EUA, Helmut Kohl (1982) na Alemanha etc. À escala das relações internacionais há um aprofundamento do “oligopolismo transnacional”, bem como uma intensificação do

¹ Para uma discussão sobre isto, cf. Viana (2003; 2009). Para este autor, o modo de produção capitalista passou pelos seguintes regimes de acumulação: *extensivo* (da revolução industrial até fins do século XIX; *intensivo*: de fins do século XIX até a segunda guerra mundial; *conjugado*: da segunda guerra mundial até a década de 1980; *integral*: da década de 1980 até os dias atuais).

capitalismo de guerra em regiões periféricas do capitalismo (Afeganistão, Iraque, Síria etc.) caracterizando o que Viana denomina de “neoimperialismo”.

Este novo regime de acumulação significa, portanto, uma ofensiva do capital, à escala mundial, sobre as classes trabalhadoras: retirada de direitos, aumento da exploração, taxações sobre os trabalhadores etc. se ampliam em todos os lugares nos quais se dá a moderna produção capitalista. A década de 1980 é o período de implantação deste novo modelo, sobretudo nos países imperialistas (EUA, Europa etc.). A década de 1990 é o momento de expansão e consolidação deste regime de acumulação, que coincide com sua implantação nos países latino-americanos, africanos e asiáticos. Os anos 2000 são o de consolidação à escala global desta nova etapa, que já delinea a partir daí dificuldades de reprodução.

Já na segunda metade da década de 1990 começam as primeiras resistências a este novo regime de acumulação e as consequências danosas que trás às classes trabalhadoras. O início do Movimento Piqueteiro na Argentina, o levante de Chiapas no México (EZLN) são a demonstração de que o centro de gravidade das lutas de classes, na década de 1990 e início dos anos 2000 deslocou-se para a América Latina. É na esteira destas lutas que se ergue nos países imperialistas o Movimento Antiglobalização que aglutina em si uma plêiade enorme de movimentos, concepções e práticas políticas.

A internet que no início dos anos 2000 já começava a se tornar uma prática comum de comunicação e sociabilidade (isto antes da invenção das redes sociais) passa a cumprir papel importante em mobilizações. O Centro de Mídia Independente no Brasil – CMI configura-se como uma primeira experiência de produção alternativa, independente e digital de informações, adquirindo caráter militante e mobilizador de ações políticas contestadoras.

É dentro deste contexto mais amplo que em 2003 começa um grande movimento de contestação ao aumento da tarifa de ônibus na cidade de Salvador/BA, movimento este que ficou conhecido como a Revolta do Buzu. Este movimento de caráter *autônomo, independente, horizontal, mas também descentralizado, espontâneo, marcado pela ação direta* fez tremer a cidade de Salvador por algumas semanas, bem como mostrou ao poder estatal municipal que algo novo estava a surgir nas lutas sociais no Brasil.

Esta ascensão não se restringe a Salvador. Em 2004 faz tremer a cidade de Florianópolis/SC. Nesta cidade, o movimento ficou conhecido como a Revolta da Catraca². Em 2005, na ocasião da realização do 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, vários movimentos sociais, indivíduos, organizações realizaram um encontro para a criação de um movimento unificado que tinha como pauta o transporte coletivo (passe livre estudantil, meia passagem, redução da tarifa, desmercantilização do transporte etc.).

Do que nos interessa deste encontro, são os princípios ordenadores do Movimento Passe Livre – MPL. Na Resolução tirada na Plenária Nacional Pelo Passe Livre, ocorrida em 29 de janeiro de 2005, definiu-se como princípios do MPL: “O Movimento pelo Passe-Livre é um movimento autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” (MPL apud VINÍCIUS, 2005, p. 63) (grifos meus).

No site do MPL, na guia Princípios, encontra-se o seguinte:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. (MPL, 2015) (grifos meus).

A partir de 2005, vários grupos se formaram em diversas cidades brasileiras tendo como fio condutor os princípios organizativos defendidos pelo MPL. Durante os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008³ houve uma ascensão, à escala nacional de coletivos e manifestações puxadas por estes coletivos lutando pelo passe-livre estudantil, contra o aumento de tarifa, por melhor qualidade do sistema de transporte etc. Nestes anos, houve um esforço consciente de criar uma luta nacional cuja pauta fosse o transporte coletivo. Estas lutas aconteceram e o esforço de criação de uma onda nacional de lutas realizou-se de modo precário. Nos anos seguintes, embora continuasse a existir militantes do MPL e de coletivos próximos em algumas cidades brasileiras, o fato é que o movimento perdeu força e intensidade.

² Leo Vinícius publicou um relato sobre este evento, dando-lhe o nome de *Guerra da Tarifa* (VINÍCIUS, 2005).

³ Uma compilação de todas as manifestações no Brasil neste período, bem como uma análise histórica deste movimento de ascensão de lutas no país ainda está por ser feita.

Em 2013, o projeto do MPL realizou-se plenamente, mas agora não por suas mãos, mas sim nun caráter de ascensão espontânea de manifestações. Naturalmente que o MPL, bem como outros coletivos que se aproximam muito do MPL em termos de tática e organização, como a Frente de Lutas em Goiânia, o Bloco de Luta pelo Transporte em Porto Alegre etc. foram os principais responsáveis para que se eclodissem as manifestações de Junho de 2013⁴. Agora a luta assumiu o caráter massivo, nacional, autônomo, descentralizado, apartidário (e muitas vezes antipartidário), horizontal etc. pelo qual o MPL sempre lutou.

Os limites das Jornadas de Junho são vários, sendo um dos principais a incapacidade daquela mobilização ir além dos protestos⁵, ou seja, de ir além de si mesma. Contudo, aquela mobilização colocou efetivamente o Brasil em um novo patamar da luta de classes. O que antes eram palavras de ordem e formas de organização do MPL e coletivos congêneres converteram-se em palavras de ordem e práticas de um número incalculável de pessoas que não tinha nenhuma experiência com militância política organizada. Termos como “autônomo”, “horizontal”, “apartidário”, “antipartidário”, “espontâneo”, “independente”, “ação direta”, “movimento descentralizado” etc. começaram a povoar o cenário político brasileiro, indo, inclusive, além dos círculos militantes.

Estes termos, contudo, não são mera criação de palavras novas, prática muito comum dentro dos círculos acadêmicos. Estas palavras são expressão de uma busca de novas práticas políticas, de novas formas de ação, de novas formas de organização, de novas formas de diálogo. As palavras aqui tem um peso político significativo. Quando um determinado movimento se diz autônomo, independente, horizontal, apartidário e que prima pela ação direta e pela combatividade, ele está demarcando um espectro político específico, bem como está delineando o modo como vai atuar, como vai fazer política.

Esta delimitação cria problemas para os partidos políticos, que historicamente sempre se aproximaram das mobilizações populares para angariar votos e prestígio

⁴ Para uma análise detalhada deste processo, cf. nosso estudo (MAIA, 2014).

⁵ Analisamos isto também em Maia (2013).

político para futuros candidatos a vereador, deputado etc. Estes partidos encontram hoje em dia dificuldades para agir assim. Cria dificuldades também para os sindicatos, que são nos dias correntes seguidas vezes superados por suas “bases”. Os trabalhadores, das mais diversas categorias (professores, garis, rodoviários, metroviários etc.) deram inúmeros exemplos nos anos de 2014 e 2015 que é necessário superar as direções sindicais se quiserem efetivamente defender seus interesses de classe e categorias profissionais⁶. Da mesma feita, criou para a instituição estatal e seu organismo de repressão uma dificuldade insolúvel até o momento: “quem são os líderes do movimento?”, perguntam-se as autoridades estatais. Como estes não existem, o estado ainda não encontrou uma forma de criminalizar⁷ o movimento a não ser com prisões arbitrárias e agressão generalizada nas manifestações convocadas por tais movimentos⁸. Ao contrário dos partidos políticos, sindicatos e demais organizações institucionalizadas, estes movimentos não tem cargos, lideranças, embora possa ser verificável algumas pessoas que tenham mais envolvimento, mais comprometimento com a luta do que outras. Contudo, estas pessoas não representam as demais e nem falam em seu nome.

⁶ Sobre isto, fizemos um estudo desta relação entre categorias profissionais auto-organizadas contra suas direções sindicais, analisando a luta dos professores do Município de Goiânia contra o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás – SINTEGO e da Comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnico-administrativos) da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Os primeiros criaram no curso de muitas lutas uma organização autônoma, independente, horizontal à qual denominaram Comando de Luta. A segunda, da mesma forma, criou um movimento organizado chamado Fórum de Defesa da UEG, que foi, depois, substituído para Mobiliza UEG. Para uma análise destes movimentos, cf. Ataídes & Maia (2014).

⁷ Uma tentativa nesta direção está sendo executada pelo legislativo. O Projeto de Lei n. 2.016/2015, da maneira como está redigido, tipifica como “terrorismo” as ações, os indivíduos e grupos que lutam. Se o projeto for aprovado, já foi votado no Senado e aguarda votação na Câmara, esta dificuldade de tipificação jurídica destes movimentos sociais estará grandemente revolvida. Uma perda inestimável para os movimentos que começam a se consolidar desde os anos 2000. Para uma discussão sobre a natureza deste projeto, cf. Marchado & Gonçalves (2015).

⁸ Conferir sobre isto a repressão que as polícias militares de todos os estados, bem como o governo federal vem fazendo em todo o país contra militantes e apoiadores de movimentos. Um caso extremo disto foi a decisão do judiciário em Goiás, no ano de 2014, em expedir mandato de prisão contra quatro estudantes alegando que eles eram as lideranças das manifestações em 2013. O nome desta comédia encenada pelo Judiciário e pelas polícias civil e militar em Goiás é “Operação 2,80”, em referência ao preço da passagem de ônibus antes das Jornadas de Junho de 2013. O processo era completamente esdrúxulo e tinha como único objetivo criminalizar os manifestantes. Os nomes foram escolhidos mais ou menos aleatoriamente e foram imputados a eles todos os atos de depredação ocorridos em 2013. Acusação completamente infundada. Isto, contudo, demonstra o que estamos discutindo: o estado ainda não encontrou uma forma legal, dentro do chamado “estado democrático de direito”, de enquadrar a ação destes coletivos.

Assim, a prática política expressa nas palavras autônomo, independente, horizontal, apartidário, ação direta, combatividade, descentralizado, espontâneo é uma negação concreta da prática política comum à institucionalidade burguesa. Desta forma, a política dos partidos, dos sindicatos, das ONG's, dos políticos profissionais e do estado não é mais aceita como forma de ação política por tais movimentos. As manifestações de Junho de 2013 deram uma mostra muito clara deste ambiente político: foram rechaçados das ruas partidos políticos (PSTU, PT, PCB, PMDB, PDT etc.) de todo espectro político, da esquerda à direita⁹. Contudo, tais ações de negação da política burguesa são verificáveis ainda hoje. Veja, por exemplo, as ocupações de escolas feitas por secundaristas em São Paulo, que se iniciaram em novembro de 2015 e algumas prosseguem até a data em que escrevo (dezembro de 2015). Em várias destas escolas não é aceitável o hasteamento de bandeiras de organizações estudantis (UNE, UMES etc.), nem de partidos políticos. Muitas vezes, a própria presença de indivíduos vinculados a estas instituições é negada dentro de algumas ocupações. O mesmo ocorre com as ocupações de escolas no estado de Goiás, que vem ocorrendo desde fins de novembro e prossegue até o momento (dezembro de 2015). Isto demonstra que um lastro político, em termos de prática e consciência, está presente nas lutas sociais hoje no Brasil. É este lastro que temos que dar atenção se quisermos compreender adequadamente os rumos que tomam as lutas de classe hoje no país.

Portanto, estes termos não são meros signos, palavras simples. São, isto sim, expressão ao nível da consciência de um novo conteúdo político expresso nas lutas concretas no Brasil, sobretudo a partir de 2003. Contudo, a rigor, este conteúdo não é tão novo como somos levados a crer, nem algumas palavras, também, são tão novas assim.

⁹ Alguns intelectuais, bem como militantes descreveram este fenômeno nas Jornadas de Junho de 2013 como sendo expressão de fascismo. Isto, contudo, é um equívoco. Houve sim alguns grupos de neonazistas que criaram problemas em alguns dos atos. Estes grupos sempre foram, contudo, minoritários, como são até hoje. O que ocorreu, de fato, foi uma negação espontânea, por parte da população mobilizada nas ruas, da organização partidária em geral, dos políticos profissionais e do parlamento (identificado no contexto como sinônimo de corrupção). Neste aspecto, a população foi muito mais radical do que os próprios militantes que se dizem apartidários, mas não antipartidários. A população, espontaneamente, assumiu a postura antipartidária. Não podemos compactuar, portanto, com intelectuais e militantes que querem desqualificar esta prática política dos manifestantes como sendo fascismo, pois o que ocorreu efetivamente foi antipartidarismo. Debateremos isto com mais profundidade em Maia (2014).

Citarei aqui alguns exemplos, escolhidos mais ou menos ao acaso, para ilustrar que o conteúdo expresso nestas palavras remonta a outros momentos de ascensão das lutas populares. É necessário reconhecer que a divisão de classes na sociedade capitalista é algo bastante complexo. Nem os esquemas ideológicos da estratificação social, nem as deformações leninistas da teoria marxista das classes sociais dão conta de explicar tal complexidade.

Em estudo que realizamos (MAIA, 2011), analisando a obra *O Capital* de Marx, demonstramos como neste texto o autor alemão identifica e analisa um conjunto de classes sociais que estabelecem entre si relações variadas e complexas. Viana (2012), fazendo uma análise mais ampla da obra de Marx, evidencia toda uma teoria complexa, mas apenas esboçada nos escritos de Karl Marx. A contribuição de Viana, nesta obra, é demonstrar que a concepção de Marx das classes sociais é muito mais complexa do que a maioria de seus críticos e epígonos afirmam (sobretudo os de matriz leninista), bem como apresentar uma concepção que atualiza, em certa medida, vários dos apontamentos deixados por Marx.

Seguindo esta trilha, percebemos que o estudo das classes sociais nos remete imediatamente ao conflito de classes. O que Viana demonstra a partir dos estudos deixados por Marx é que a cada modo de produção, um conjunto de classes se articula e se desenvolve com base numa divisão social do trabalho histórica e socialmente determinada.

Cada modo de produção engendra as classes fundamentais deste modo de produção. No caso da sociedade capitalista, que é a que nos interessa por agora, as classes fundamentais são a classe capitalista (detentora dos meios de produção e apropriadora do mais-valor produzido pela classe operária) e classe operária (aquela que é expropriada dos meios de produção, bem como a produtora, mas não apropriadora, do mais-valor global por ela produzido). Estas duas classes, por se posicionarem no cerne do modo de produção capitalista, conflitam entre si necessariamente, pois tem interesses opostos, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo. Por exemplo, a curto prazo, a classe operária tem interesse em aumentar seu salário, melhorar suas condições de trabalho e de vida etc. A classe capitalista, pelo contrário, tem interesse em aumentar lucros. Este conflito de interesses implica numa luta cotidiana em torno destas questões.

Da mesma feita, a médio e longo prazo, a classe capitalista tem o interesse em garantir e expandir sua dominação e a classe operária, devido seu *ser de classe*, tem o interesse histórico de abolir o modo de produção capitalista.

Mesmo a classe capitalista também não é homogênea. Em seu interior existem várias frações (burguesia industrial, financeira, agrária, construção civil, comercial, educacional etc.), bem como alguns extratos, como, por exemplo, a pequena burguesia, que se define por ter um capital pequeno e abrangência de mercado de seus produtos também limitada. O grande capital, ou seja, a burguesia acionista das grandes transnacionais etc. tem interesses diferentes e às vezes opostos ao da pequena burguesia. Da mesma forma, a burguesia financeira conflita com a burguesia industrial etc. Com a classe operária, também a mesma complexidade se apresenta. Algumas frações são facilmente perceptíveis: operário industrial, agrícola, construção civil, de minas etc. Bem como extratos melhor e pior remunerados: operários terceirizados e operários diretamente contratados em uma mesma empresa são estratos distintos, bem como aqueles bem remunerados e aqueles extremamente precarizados etc.

Como se vê, a luta de classes não é uma escolha dentro desta sociedade. Pelo contrário, é uma necessidade imanente a toda e qualquer sociedade dividida em classes sociais. Contudo, para além das classes *fundamentais* do modo de produção, existem também as classes *subsidiárias*, que são aquelas que não se relacionam diretamente no processo produtivo e vivem de parcelas do mais-valor extraído da classe operária. Um conjunto numeroso de classes se apresenta aqui e se diversifica quanto mais diversa for a divisão social do trabalho. Para cada modo de atividade, há que se constituir um grupo de indivíduos especializados em fazer aquela atividade. Por exemplo, da necessidade de direção surge a classe social burocrática, que controla, dirige as instituições (fábricas, lojas, bancos, estado, partidos, igrejas etc.). Dentro de algumas destas instituições se desenvolve uma camada mais ou menos extensa de trabalhadores subalternos (limpeza, segurança patrimonial, expedição de documentos etc.). Assim, a atividade de direção demanda a classe burocrática para realizá-la. A necessidade de limpeza, segurança e expedição de documentos gera a necessidade dos subalternos.

Há ainda classes sociais que não são diretamente produto do modo de produção capitalista, mas que se desenvolvem em seu interior, sempre de modo subordinado

(camponeses e artesãos). Bem como outras classes: trabalhadores domésticos (porteiros, motoristas, jardineiros, empregados e empregadas domésticas em geral). Há também um conjunto de indivíduos que vivem às margens da divisão social do trabalho. Melhor, vivem às margens do trabalho, o lumpemproletariado (desempregados, subempregados, mendigos etc.). A sociedade capitalista produz também uma classe social especializada no trabalho intelectual e que vive deste trabalho. O modo de atividade (pesquisa científica, filosófica, trabalho em sala de aula, escrever livros, relatórios etc.) dentro de instituições específicas (universidades, escolas, hospitais, centros de pesquisa etc.) desenvolve uma classe social específica que podemos qualificar de classe intelectual¹⁰.

Não é objetivo aqui realizar extensa análise de cada uma destas classes, bem como discutir o inter-relacionamento entre elas. A luta de classes não é um processo exclusivo das fábricas, tal como uma visão tacanha da teoria marxista das classes sociais visa reforçar. Onde há classes, há conflitos de interesse e, portanto, luta de classes. Tal luta ocorre nas fábricas, na mineração, construção civil, nas lojas, bancos, escolas, universidades, no bairro, em todo o lugar. Esta é uma questão que ninguém dentro da sociedade capitalista pode escapar. Você pode fingir que ela não exista, não ter consciência que ela ocorra ou querer efetivamente acreditar que tal não aconteça. Contudo, os processos reais de existência dentro desta sociedade necessariamente o colocam em uma ou outra das classes sociais existentes. O indivíduo, enquanto indivíduo, é membro de uma ou outra classe social, tendo ele consciência disto ou não, gostando ele disto ou não.

Sendo burguesia e proletariado as classes fundamentais do modo capitalista de produção, uma outra classe que passa, sobretudo no século XX, a ter importância capital é a burocracia. Seu locus de existência primordial é o estado. A burocracia estatal divide-se em duas frações: a *burocracia governamental* (do executivo e legislativo, que em regimes democráticos é eleita de quatro em quatro anos e em regimes ditatoriais é

¹⁰ Esta descrição das classes sociais no capitalismo feita aqui é um resumo quase caricatural da análise feita por nós acerca da obra *O Capital* de Marx (MAIA, 2011), mas sobretudo do estudo mais amplo e mais completo feito por Viana (2012).

perene e às vezes hereditária) e *burocracia permanente* (magistrados, concursados efetivos de toda ordem etc.).

Esta burocracia estatal foi evidenciada por Marx já no século XIX, sobretudo em seus escritos: *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* (MARX, 1986) e *A Guerra Civil na França* (MARX, 1978). Contudo, na primeira metade do século XX há uma considerável ampliação da burocracia civil com a legalização dos partidos políticos e sindicatos de trabalhadores, com a consolidação da democracia partidária (regime de acumulação intensivo), mas sobretudo com a democracia partidária-burocrática (regime de acumulação conjugado), com a concentração e centralização de capitais formando os grandes oligopólios (crescimento da burocracia empresarial etc.). É, sobretudo após a segunda guerra mundial, que a burocracia civil se amplia em número e em poder¹¹. Lefebvre (1991) denomina esta sociedade que emerge em Europa e Estados Unidos de “Sociedade burocrática de consumo dirigido”, evidenciando os dois elementos centrais das sociedades do capitalismo imperialista: mercantilização e burocratização¹².

A passagem do regime de acumulação extensivo para o intensivo¹³, sobretudo com a mudança da forma de democracia censitária para a democracia partidária (sendo esta implantada nos países imperialistas já em fins do século XIX, mas sobretudo na primeira metade do século XX) na qual o reconhecimento das organizações dos trabalhadores (partidos políticos e sindicatos) teve papel central. Estas organizações que ficaram durante todo o século XIX, bem como, no caso dos sindicatos, durante grande parte do século XVIII lutando para serem reconhecidas, ao se verem agora recolhidas dentro das tramas legais do estado, perderam em grande medida seu potencial contestador.

Como atesta Pannekoek (1977), os sindicatos, de pequenas organizações de trabalhadores durante o regime de acumulação extensivo, converteram-se em poderosas

¹¹ Nos países de regime soviético ou influenciados por ele, a burocracia, enquanto classe social e enquanto organização se estende a toda a sociedade. Sendo estas sociedades seu maior exemplo.

¹² Este fenômeno é estudado por Viana (2002).

¹³ Para um estudo aprofundado do desenvolvimento capitalista a partir dos regimes de acumulação cf. Viana (2003; 2009).

e gigantescas instituições durante o regime de acumulação intensivo. Tal situação dos sindicatos só se agrava nos regimes de acumulação conjugado e integral, colocando definitivamente estas instituições na lixeira da história das lutas sociais. Os sindicatos foram legalizados e cresceram em recursos e em número de filiados. Os partidos políticos cresceram em número e em importância dentro dos parlamentos.

À necessidade de fazer funcionar a máquina destas instituições, partidos e sindicatos, ampliou a divisão social do trabalho, criando mais frações da classe burocrática: as burocracias sindical e partidária. A esta burocracia cabia, como ainda cabe, a função de gerir recursos, pessoas, imprensa, clubes de recreação, assistência médica, odontológica, jurídica aos trabalhadores etc. Estas frações da classe social burocrática falam em nome dos trabalhadores, afirmam que defendem os interesses destes trabalhadores. Contudo, o que a experiência histórica demonstra ao mais desatento dos observadores é que os grupos dirigentes destas instituições acumulam funções, cargos, salários e, portanto, poder, passando a adquirir interesses próprios, distintos dos trabalhadores aos quais afirmam representar.

Deste modo, os sindicatos, de pequenas organizações de trabalhadores, converteram-se em grandes instituições burocráticas, aprofundando a divisão social do trabalho e criando uma nova classe social que tem interesses muito particulares, embora fale em interesses universais. Falam em nome dos trabalhadores da mesma forma como a burguesia falava em nome de todo o terceiro estado durante as revoluções burguesas do século XVIII.

Damos destaque aqui à classe social burocrática, sobretudo seus extratos mais inferiores (burocracia sindical, partidária, ONG's, cooperativas, organizações estudantis etc.), pois as lutas que começam a emergir a partir de 2003 no Brasil e se consolidam ao longo da década de 2010 evidenciam uma clara negação destas organizações burocráticas e, portanto, da burocracia que as dirige. Este é um ponto de inflexão ao qual as lutas sociais no Brasil estão chegando. Em verdade, este processo não é homogêneo, nem muito menos retilíneo. Há avanços na superação de tais organizações e burocracias em alguns momentos, em outros há um recuo e novamente estas burocracias assumem a dianteira dos processos de luta. Algumas categorias rompem definitivamente com sua burocracia sindical em um dado momento da luta e no seguinte cedem espaço

novamente ao seu sindicato. Outras categorias ainda nem conseguiram romper definitivamente com suas estruturas sindicais etc. A realidade concreta é, portanto, um dado extremamente complexo. Não é salutar enquadrá-la dentro de um esquema analítico pré-estabelecido. O correto é acompanhar *pari passo* seu desenvolvimento, atentando para sua diversidade e contradições.

As classes trabalhadoras desprivilegiadas estão a sós em sua luta. Os seguimentos da juventude (estudantes, lutadores das periferias etc.) que se opõem ao estabelecido e ao poder também estão a sós em sua luta. Não podem contar com ninguém do outro lado da trincheira. Um jargão muito comum nas áreas periféricas das grandes cidades é: “nóis por nóis”. Este jargão popular expressa, na verdade, um conteúdo da luta de classes. Os trabalhadores e grupos oprimidos não podem contar com aqueles que estão do outro lado do conflito (burocracia, burguesia, intelectualidade enquanto classe social, forças repressivas do estado). Estas classes e setores da sociedade, cada um a seu modo, estão no campo oposto, são inimigos. O “nóis por nóis” se afirma aqui como autodeterminação e auto-organização de classe.

Isto, contudo, não é novo nas lutas sociais. Marx, na sua polêmica com Proudhon, apresenta a seguinte tese, que já consta em escritos anteriores à *Miséria da Filosofia* de 1846/47:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. *Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma.* Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (MARX, 1976, p. 136) (grifos meus).

Marx está aqui a advogar que o capital produz a classe operária. Ao colocar uma massa de indivíduos na mesma posição na divisão social do trabalho cria nessa mesma massa um conjunto de interesses comuns conformando-os em membros de uma mesma classe. Contudo, enquanto organizada pelo capital, esta classe ainda é uma *classe em si*, determinada por outros. Quando em luta, defendendo seus interesses comuns, esta classe converte-se em movimento político e passa, segundo expressão de Marx, tomada de empréstimo a Hegel, de *classe em si* a *classe para si*, ou seja, classe autodeterminada.

Em *Miséria da Filosofia*, Marx está a relatar o papel das coalizões operárias, das greves, das *tradeunion's* e do Movimento Cartista na evolução da luta da classe operária a se tornar classe autodeterminada. Em 1871, esta proposição assume seu caráter de maior concretude com a experiência da Comuna de Paris. Esta revolução operária, ocorrida em Paris, foi a primeira experiência de autodeterminação de classe do proletariado. A Comuna, segundo expressão de Marx, foi a forma política enfim descoberta de por fim à exploração econômica do trabalho, ou seja, uma demonstração de que o “impossível” comunismo não só é possível, mas foi demonstrado que é tendência dentro desta sociedade.

Em uma frase lapidar, ele afirma:

A Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o regime comunal em Paris e nos centros secundário, o antigo governo centralizado teria de dar lugar, inclusive nas províncias, ao *autogoverno dos produtores* (MARX, 2011, p. 18) (grifos meus).

Não é espaço aqui para desenvolver todo o significado desta experiência de luta do proletariado, bem como do significado da análise que Marx fez, mas só ressaltar que a Comuna de Paris foi uma experiência histórica, concreta, na qual o proletariado, como classe autodeterminada tomou os rumos de sua luta e da sociedade em suas mãos. Não houve intermediários (políticos profissionais, magistrados, estado, representantes etc.) a dirigirem os trabalhadores. Pelo contrário, numa forma de auto-organização extremamente vasta e complexa, todos os trabalhadores de Paris participavam da gestão da cidade e da atividade produtiva através dos organismos políticos da Comuna.

A Comuna de Paris, contudo, foi uma experiência muito localizada. A repressão burguesa, através do assassinato, da mentira e da desfaçatez pôs fim a esta experiência antes que ela começasse a se alastrar para as demais cidades francesas. Com mais de 20 mil assassinatos (alguns falam em 30 mil), foi assim que o estado francês conseguiu eliminar esta experiência revolucionária do proletariado enquanto *classe para si*, ou seja, enquanto classe *autodeterminada*.

A lista de autores que analisaram as várias experiências de revoluções proletárias no século XX é demasiado extensa. Não nos interessa aqui uma antologia disto. Para ilustrar um pouco mais a tese que estamos a defender, ou seja, de autodeterminação de

classe, trazemos à cena um dos principais autores Comunistas Conselhistas: Anton Pannekoek. Em seu mais famoso livro *Os Conselhos Operários*, publicado em 1946, ao fazer uma síntese do processo de ascensão das lutas proletárias e do significado político que tal desenvolvimento tem para as lutas sociais, Pannekoek nos fornece importantes elementos ao entendimento da organização, luta e consciência de classe proletária. O mérito do livro é justamente o de ter apreendido, após toda uma jornada de lutas (revoluções russa – 1917/1921, alemã – 1918/1921, húngara – 1919, italiana – 1919, espanhola – 1936/1939 etc.), o significado da potência escondida no seio do proletariado. O laboratório de estudos à disposição de Pannekoek é muito mais equipado do que o que estava à disposição de Marx e demais revolucionários do século XIX.

As conclusões do revolucionário holandês são também devastadoras para o pensamento burguês e burocrático. Ao criticar os sindicatos, alegando que estas instituições já não mais representam os interesses dos trabalhadores, nem tem as condições concretas, nem o interesse de superarem as relações burguesas de produção, afirma:

La tarea primordial de la clase obrera es la de tomar en sus manos la producción y organizarla. Para continuar la lucha, es del todo necesario ver claramente el objetivo buscado. Pero la principal y más difícil parte sigue siendo el combate, es decir, la conquista del poder sobre la producción. En el curso desta lucha se crearán los Consejos Obreros (PANNEKOEK, 1977, p. 97) (grifos meus).

Para lograr tal êxito é necessário que a classe operária assumia ela própria suas lutas. Deve eliminar todos os intermediários (diríamos hoje: partidos políticos, intelectuais, sindicatos, estado, ministério público do trabalho, políticos profissionais etc). Se os sindicatos são instituições burguesas, o que resta, então, ao proletariado que luta? Pannekoek defende a Ação Direta do proletariado através das greves selvagens (ou seja, aquelas que não são deflagradas nem controladas pelos sindicatos) e sua ampliação e generalização. Sobre isto, afirma que os operários:

Comprenderán entonces que la lucha por la libertad exige no solamente su adhesión sino también que desarrollen su actividad autónoma y su confianza en si misma. Superando de este modo las formas intermedias de la autodeterminación parcial, el progreso emprenderá definitivamente el camino que lleva a la organización en Consejos (PANNEKOEK, 1977, p. 110) (grifos meus).

O que Pannekoek está a registrar é a autodeterminação de classe. É necessário superar a “autodeterminação parcial”, ou seja, o controle da classe operária pelo capital, pelos sindicatos e pelos partidos políticos. É necessário, para lembrar os termos de Marx, que o proletariado passe de *classe em si* a *classe para si*, ou seja, que passe de classe *determinada* pelo capital a classe *autodeterminada*. Marx viu nas coalizões operárias, nas greves esta possibilidade. Após a experiência da Comuna de Paris, afirmou cabalmente que aquela era a forma de autoemancipação do proletariado, a forma finalmente descoberta de realização do Comunismo, da Autogestão Social. Pannekoek, por ter vivido até a década de 1960, teve à sua disposição um conjunto de revoluções muito mais amplas do que foi a experiência da Comuna de Paris. Ao analisar criticamente estas revoluções e tendo um espírito e uma concepção política que considera a autoatividade de classe como condição para a emancipação humana, conseguiu perceber ali as potências transformadoras (do ponto de vista econômico, político, moral, ético, consciência etc.) destes eventos históricos chamados revoluções. Marx identificou na Comuna a forma de “autogoverno dos produtores”. Pannekoek viu nos Conselhos Operários esta possibilidade. Estamos, pois, a falar exatamente da mesma coisa: o proletariado assumir suas lutas, tomar em suas próprias mãos os destinos de seus combates. Em uma palavra, o proletariado como classe *autodeterminada*. Para fazer isto, tem de superar suas burocracias: partidária e sindical. Tem de superar as instituições estatais: governos, polícias, parlamentares etc. Tem de superar seus patrões, bem como a burocracia empresarial, os lacaios do capital: chefes, gerentes, encarregados etc.

A autodeterminação de classe é, portanto, um processo amplo e radical de múltiplos rompimentos. O proletariado e demais classes exploradas e grupos oprimidos tem que ter a coragem, a força e, sobretudo, a organização para realizar tal tarefa¹⁴.

¹⁴ Poderia estender a lista aqui a respeito disto. O número de experiências concretas de luta, bem como o volume de páginas escritas descrevendo e analisando tais experiências é deveras numeroso. Para o leitor interessado, segue aqui algumas indicações: sobre a Comuna de Paris: Viana (2011), Marx (1978), Lissagaray (1991); sobre a revolução russa: Brinton (1975), Arvon (1984); sobre a revolução alemã: Authier (1972); sobre a revolução dos Cravos em Portugal: Mailer (1978); sobre as comissões de fábrica no Brasil: Ibrahim (1986), Maroni (1982), Brito (1983); sobre o Movimento Piqueteiro na Argentina nos anos 1990 e 2000: Ferreiro (2007), Vitullo (2007), Braga (2013); sobre as lutas pelo transporte e as Jornadas de Junho em 2013 no Brasil: Vinícius (2005), Maia (2013; 2014), Viana (2013), Marques (2013). Para análises mais amplas, enfocando a questão da auto-organização e da autogestão, bem como experiências de luta do proletariado: Pannekoek (1977), Guillerm & Bourdet (1976), Mattick (1978; 1977), Tragtemberg (1986), Arvon (1980) entre outros.

Assim, como se vê, o que vem ocorrendo hoje no Brasil com estas ações e organizações autônomas, independentes, horizontais, apartidárias, que primam pela ação direta e se colocam contra as relações sociais estabelecidas não são algo novo nas lutas sociais. Pelo contrário, compõem o cerne da luta de classes anticapitalista. Contudo, há especificidades? Há características que são singulares em relação ao que já se demonstrou ao longo da história? Se sim, quais?

Novas lutas, velhas formas: um olhar sobre o contemporâneo

Estudar os fenômenos que ainda estão em processo é mais difícil do que compreender aqueles que já se encerraram. Isto não é uma realidade gratuita. Quando envolvidos ainda pelo caminhar das coisas, a análise dos fenômenos está nublada por um conjunto de acontecimentos, de ideologias, de representações cotidianas, de informações díspares que mudam à medida que o fenômeno se desenvolve, de mudanças concretas no próprio fenômeno em análise etc. que dificultam o acesso ao cerne, à estrutura, ou seja, à essência. Isto, contudo, não nos habilita a afirmar que é impossível a realização de tal estudo. O contemporâneo é passível sim de análise, é sim objeto de investigação teórica. É justamente uma compreensão adequada dos processos em curso, que nos permite uma melhor tomada de decisão nos momentos precisos. Quanto melhor compreendemos a realidade presente em movimento, identificando sua estrutura e suas tendências, melhor será nossa capacidade de julgamento nos momentos decisivos.

Deste modo, um olhar sobre o contemporâneo é fundamental para melhor julgarmos nossas ações dentro dos processos de luta. Kosik (1976) nos apresenta a seguinte tese, que nos ajuda a melhor desvendar a realidade em processo:

Para nos aproximarmos da coisa e da sua estrutura e encontrar uma via de acesso para ela, temos de nos distanciar delas. É sabido como é cansativo elaborar cientificamente os acontecimentos contemporâneos, enquanto a análise dos acontecimentos passados é relativamente mais fácil porque a própria realidade já se incumbiu de fazer uma certa eliminação e “crítica”. A ciência deve “reproduzir” artificialmente e experimentalmente este caminho natural da história. Sobre o que se funda este experimento? Sobre o fato de que a ciência alcança um distanciamento conveniente e motivado, em cuja perspectiva as coisas e os acontecimentos se mostram de maneira adequada e isenta de falsificações (KOSIK, 1976, p. 28).

Não é possível concordar com tudo o que está aí afirmado. Por exemplo, é completamente equivocado advogar qualquer “distanciamento” metodológico da realidade. Nós estamos atolados até os olhos no mar de lama que é a sociedade capitalista. Nenhum analista tem as condições e nem o direito de se pronunciar afastado da realidade. O que é importante de tal citação é a consideração que Kosik faz do método como instrumento analítico que nos permite ter uma aproximação correta da essência dos fenômenos. Enquanto ainda tomados pelas representações cotidianas e pelo número avassalador de informações que existem a respeito da realidade, fica bastante difícil ao analista identificar as forças motrizes do processo, não conseguindo, portanto, acessar adequadamente a essência dos fenômenos em análise. O método, ou como afirma Kosik, a ciência, são os instrumentos necessários para se chegar à “coisa mesma”, ou seja, à essência dos fenômenos.

O que estamos aqui a denominar de contemporâneo é o estabelecimento do regime de acumulação integral, etapa atual do modo de produção capitalista que começa a se concretizar na década de 1980. Seu período de constituição se dá na década de 1980. Seu período de generalização e consolidação se dá nos de 1990 e 2000. Ao que tudo indica, as décadas seguintes serão de crises e reajustes neste regime de acumulação. Isto já pode ser evidenciado nas crises financeira e imobiliária nos países centrais (2008), no desemprego estrutural em Europa e Estados Unidos, na crise migratória provocada, sobretudo, pelo capitalismo de guerra no Oriente Médio, nos ajustes estruturais que os estados vêm fazendo para desviar recursos para o capital financeiro (por exemplo: situação da Grécia em Europa; corte orçamentário nas áreas sociais no Brasil em 2015 para orçamento de 2016) etc.

Assim, para entendermos adequadamente as lutas sociais que se operam hoje no Brasil, é necessário avaliar que elas estão dentro de um movimento global, que envolve muitos processos: precarização das condições de trabalho, piora da qualidade de vida nas cidades, papel das redes sociais na comunicação e mobilização política, existência de coletivos autônomos, independentes, horizontais em várias cidades brasileiras, descrédito da população à política tradicional (políticos profissionais, partidos políticos, sindicatos, ONG’s etc.), avanço do estado na retirada de direitos das classes desprivilegiadas, avanço das empresas em aumentar lucros, portanto, em precarizar as

condições de trabalho, destruição ambiental generalizada, ocorrência de movimentos sociais semelhantes em outras partes do mundo (Ocuppy Wall Street, Primavera Árabe, Indignados na Espanha...) etc.

No Brasil, velhos problemas permanecem e se agravam: reforma agrária que não acontece, reforma urbana que não acontece, mudanças nas leis trabalhistas que prejudicam os trabalhadores (aumento do fator previdenciário, aumento do tempo de trabalho para ter acesso ao seguro desemprego etc.), vários projetos em tramitação na Câmara e no Senado que beneficiam as classes dominantes (projeto das terceirizações, lei antiterrorismo, código florestal etc.). Assim, o que se observa é uma ofensiva do capital e da burocracia estatal sobre o conjunto das classes desprivilegiadas (operários, camponeses, trabalhadores domésticos, lumpemproletários, subalternos etc.), bem como de setores das chamadas “classes médias” (intelectuais, extratos inferiores da burocracia, pequenos capitalistas etc.).

O que é novo é a resposta que vem sendo dada pelas classes desprivilegiadas e setores aliados a esta ofensiva do capital e do estado. Desde a Revolta do Buzu em 2003, a Revolta da Catraca em 2004, da ascensão do MPL à escala nacional (2005 a 2007), até as Jornadas de Junho de 2013, um novo tipo de luta se estabelece no país. Naturalmente que as lutas de categorias profissionais também sofreram alterações no curso deste período, sobretudo nos anos 2000. Assim, aliado ao surgimento deste movimento social, MPL, cuja base social é a juventude, continua-se as lutas setoriais das mais variadas categorias profissionais (ora rompendo, ora capitulando ante seus sindicatos), bem como movimentos sociais tradicionais (os vários movimentos de luta pela terra dos quais o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é o exemplo mais característico; movimentos de luta pela moradia: MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, MLB – Movimento de Luta do Bairros e Favelas etc.).

Não é intenção deste ensaio analisar todo o conjunto de manifestações e resistências dadas nas últimas décadas. Objetivo aqui registrar os elementos novos na ação política presentes em alguns destes movimentos sociais e de categorias profissionais. Pois são estas formas novas, cujos conteúdos são deveras antigos, como demonstramos, que nos permite apontar as tendências para as quais caminham as lutas sociais hoje no Brasil.

Os termos *autônomo, independente, horizontal, apartidário* (às vezes *antipartidário*), *ação direta, combativo, espontâneo, descentralizado* são uma *negação clara da forma institucional de se fazer política*. Estes termos expressam práticas que negam as práticas sindicais, partidárias e parlamentares. É no conteúdo destas formas que podemos encontrar um vislumbre que aponte para lutas autenticamente revolucionárias, ou seja, que tendam para uma superação global e radical da atual sociedade capitalista. Não que elas agora estejam apontando para isto, mas seu desenvolvimento, radicalização e generalização tende para tal.

Algumas categorias profissionais demonstraram que é condição necessária para o desenvolvimento de suas lutas a superação de suas burocracias sindicais (que incluem as partidárias, visto estas estarem aquarteladas naquelas instituições), inclusive para defenderem seus interesses imediatos (salários, condições de trabalho etc.), pois nem isso os sindicatos vem fazendo na contemporaneidade. Por exemplo, no caso da luta dos trabalhadores da educação, só houve, nos últimos anos, efetiva radicalidade de ação desta categoria, quando efetivou-se rompimento ou atropelamento da “base” em relação à “direção” dos sindicatos: Goiás, São Paulo, Paraná (só pra citar alguns exemplos).

Os trabalhadores da educação de cada um destes estados enfrentaram lutas homéricas contra suas direções sindicais e a radicalização do movimento implicou em rompimento definitivo (caso dos trabalhadores da educação municipal de Goiânia em Goiás¹⁵) ou atropelamento por parte da “base” sobre a “direção” sindical durante os movimentos de greve (casos de Paraná e São Paulo¹⁶).

¹⁵ Sobre isto recomendamos nosso já citado trabalho: Maia & Ataídes (2014).

¹⁶ Sobre as lutas dos trabalhadores da educação destes dois estados nas últimas greves, pelo que me consta, ainda faltam estudos sistemáticos, mas informações sobre os conflitos entre professores da “base” e “direção” (burocracia sindical) podem ser encontrados no portal Passa Palavra: <http://www.passapalavra.info>. Durante a greve dos trabalhadores da educação de 2013 em São Paulo surge o MAE – Movimento Autônomo pela Educação. As únicas informações de que disponho são as disponíveis no blog do Movimento: <http://movimentoautonomopelaeducacao.blogspot.com.br/>. Tal coletivo, ao que parece, atua nas greves dos professores do Estado de São Paulo em oposição à APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, bem como realiza atividades nas escolas da rede estadual e junto aos professores. Há que registrar aqui não o volume e relevo de suas ações, mas sim sua própria existência, que já denuncia a tendência de questionamento da política oficial dos sindicatos e partidos políticos.

Uma outra categoria profissional que também deu exemplo de luta foram os garis do Rio de Janeiro, que em 2014 realizaram uma *greve selvagem*, ou seja, sem controle e mediação do sindicato da categoria. Na verdade, no dia 1º de março de 2014, em assembleia geral, a categoria decide entrar em greve e forma uma “Comissão de Greve”, pois não reconhecia no sindicato uma estrutura organizacional que os representasse. A greve dos garis coincidiu com as festividades de carnaval o que ocasionou bastante transtornos à população e foliões. No meio das festividades, os garis realizaram manifestações, bem como assembleias e conduziram as lutas eles próprios. As reivindicações (aumento salarial, melhores condições de trabalho, garantia de estabilidade para os grevistas) foram conseguidas pelos grevistas sem e, na verdade, contra a instituição sindical.

A Comissão de Greve escreve um comunicado intitulado “Carta da Comissão de Greve à População do Rio de Janeiro” na qual declara o seguinte:

1- A culpa da greve é do prefeito Eduardo Paes, do presidente da COMLURB e do presidente do Sindicato que não vem representando a nossa categoria.

2- Sofremos há muito tempo com péssimas condições de trabalho, banheiros insalubres, não temos equipamentos de segurança adequados, e baixos salários. A situação é tão absurda que no café servido pela COMLURB já encontramos baratas no pão e leite estragado. Há ainda assédio moral contra os trabalhadores. Estamos sendo coagidos a realizar um trabalho.

3- A direção do sindicato abandonou a pauta de reivindicação da categoria quando aceitou as imposições do Prefeito Eduardo Paes sem o consentimento dos trabalhadores trazendo indignação dentro de toda a categoria aonde se iniciou o processo da greve.

4- A direção do sindicato traiu a categoria também quando recuou da greve de advertência de um dia no dia 1º de março, mostrando que não está ao lado da categoria. O maior absurdo é que isso ocorreu em meio ao nosso dissídio e sem que os advogados do sindicato e a estrutura de nossa entidade fosse colocada a serviço de nossa luta¹⁷.

A greve foi, portanto, contra o prefeito, a COMLURB e o sindicato da categoria. Trata-se aqui, mais uma vez, de luta autônoma na qual os trabalhadores rompem com seus opositores (patrões) e com seus pretensos representantes (sindicatos) e criam organizações às quais eles próprios controlam (Comissão de Greve).

¹⁷ Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2014/03/92684>, acesso em 28/12/2015.

O exemplo, contudo, de maior radicalidade nas lutas sociais no Brasil vem sendo realizado não por uma classe social, nem por uma categoria profissional em específico, mas sim pela juventude. A juventude é um grupo social policlassista em fase de ressocialização (VIANA, 2004), ou seja, saindo da infância e se preparando para as responsabilidades da vida adulta.

Um dos principais elementos de ressocialização da juventude é a escola. A Revolta do Buzu em 2003 foi totalmente protagonizada por estudantes secundaristas. Com o prosseguimento das lutas em Salvador em 2003, também os estudantes universitários entraram em apoio, mas o grupo social que engrossou aquelas ações foram essencialmente os estudantes do ensino médio. Algo semelhante se passa com a Revolta da Catraca em 2004, mas agora já com maior presença de estudantes universitários. O delineamento do MPL a partir de 2005 foi conduzido basicamente por estudantes universitários. Contudo, as manifestações convocadas e organizadas por este Movimento eram engrossadas, sobretudo, pelos estudantes das escolas secundárias. Tratou-se, então, de uma espécie de unificação entre os dois estratos estudantis.

Contudo, é incorreto afirmar que tanto a Revolta do Buzu, quanto a Revolta da Catraca, bem como o MPL e demais coletivos congêneres sejam movimento estudantil. As pautas típicas do movimento estudantil não compõem as bandeiras de luta do MPL e demais coletivos congêneres. O MPL¹⁸ acabou por confirmar-se como mais um movimento social organizado dentro das médias e grandes cidades brasileiras. Sua base social é basicamente composta por estudantes. Há também alguns professores bem como demais militantes não vinculados a instituições educacionais. Suas pautas de luta giram em torno da questão do transporte de massas, daí não ser possível enquadrá-lo

¹⁸ Não é espaço aqui para uma análise detalhada deste Movimento Social. A diversidade de posições, de grupos que compõem o MPL em cada cidade onde o Movimento se sedimenta ainda é uma pesquisa a ser feita. Embora existam os princípios gerais que norteiam a organização, ação e pautas do MPL, sua efetivação concreta nas mais variadas cidades é diversa e cheia de contradições. Em algumas, há hegemonia de grupos e indivíduos anarquistas, autônomos, autogestionários etc. em outras, há o predomínio de indivíduos ligados a partidos políticos, organizações estudantis burocratizadas etc. Tal hegemonia em cada caso específico irá determinar a maior ou menor radicalidade do Movimento nesta cidade em particular. Não se trata, também, de supervalorizar o lugar ocupado por este Movimento nas lutas sociais contemporâneas. É necessário, contudo, registrar que o modo de organização e estratégias de lutas realizadas por ele trouxeram às lutas sociais uma nova força.

como sendo movimento estudantil na medida em que suas reivindicações atingem a totalidade da população trabalhadora usuária do sistema de transporte de massa.

Foi justamente esta juventude que apresentou uma nova prática política a movimentos e organizações no Brasil. A generalização dos termos “independente, autônomo, horizontal...” são, em grande medida, de responsabilidade desta juventude aglutinada, organizada em coletivos como o MPL e outros da mesma natureza. Não estou aqui supervalorizando o significado deste Movimento nas lutas sociais no Brasil contemporâneo. Pelo contrário, estou unicamente apresentando o lugar que ocupou na recriação de uma nova prática política no país. *Todos os esforços enredados por tais coletivos na segunda metade dos anos 2000 criaram um lastro político que culminou com as Jornadas de Junho de 2013.* Também, não estou aqui afirmando que o MPL seja o responsável por aquelas manifestações, pois há muito mais atores e processos envolvidos do que a militância deste Movimento. Contudo, há que se ressaltar que grande parte da prática de organização e ação típicas das manifestações convocadas e dirigidas pelo MPL se reproduziram à escala nacional em 2013 e, inclusive, à revelia deste Movimento.

Por exemplo, era incomum no Brasil, antes de 2003 a rejeição aos partidos políticos, o emprego de expressões como: espontâneo, autônomo, horizontal, apartidário, ação direta etc. Tais eram muito mais comuns em pequenos coletivos anarquistas, autonomistas, autogestionários. Estas teses, que estes pequenos coletivos defendem há décadas começaram a ser pauta de toda e qualquer reunião de movimento social no Brasil a partir da Revolta do Buzu. Depois das Jornadas de 2013, estas se tornaram lugar comum na emergência de ações políticas em quase todos os lugares.

A crítica aos sindicatos, aos partidos, aos parlamentares (políticos profissionais) faz agora parte do léxico comum dos círculos militantes no país. Os partidos políticos de esquerda estão, em todo movimento que ganha evidência, encontrando grandes dificuldades de realizarem práticas que comumente faziam: a) apoiar o movimento; b) procurar dirigir o movimento, lançando nomes do partido como lideranças; c) lançar estas lideranças como candidatos; d) angariar votos para a liderança candidata junto ao movimento. Este procedimento está agora sendo cerceado pelos próprios movimentos que ao surgirem se declaram apartidários, horizontais, não aceitam lideranças etc.

Um exemplo disto é o que vem ocorrendo com as ocupações de escolas em São Paulo (iniciadas em novembro) e Goiás (iniciadas em dezembro). Estas ocupações, ainda em processo, merecem uma análise detalhada, a qual faremos em outro trabalho já em andamento. Interessa-nos, para os objetivos do estudo que aqui fazemos, registrar: a) novamente o papel ativo e protagonista da juventude como sujeito político organizado; b) a tentativa de construção de um movimento, novamente vamos repetir as palavras: autônomo, independente, horizontal, descentralizado, marcado pela ação direta etc. Ou seja, esta prática política vem se consolidando no Brasil na última década. As tradicionais organizações estudantis (UNE, UBES, UMES, UEE etc.) não são mais aceitas como organizações que representam os estudantes. Quando os estudantes se organizam em movimento político, a primeira coisa que fazem é delimitar seu campo de atuação e perspectivas. O que, desde a Revolta do Buzu, passando pelas Jornadas de Junho de 2013, até as ocupações de escolas em São Paulo e Goiás vem demonstrando, é que este campo de atuação passa ao largo e contra as instituições burocratizadas.

Da mesma forma que em alguns movimentos de professores há o rompimento com seus sindicatos, tal como ocorrido também com os garis no Rio de Janeiro, a juventude estudantil organizada em movimento autônomo rompe com suas estruturas “sindicais”. Da mesma forma que os sindicatos de trabalhadores, os “sindicatos” estudantis são controlados pelas juventudes dos mesmos partidos políticos que controlam os sindicatos trabalhistas. *Como se vê, existe no Brasil uma tendência a um rompimento definitivo com estas estruturas organizacionais hierárquicas e institucionalizadas.* Como tendência, não quer dizer, portanto, que tenha se confirmado. Parte da estratégia do bloco revolucionário é justamente reforçar em todas as instâncias esta tendência.

Este é um caminho que os vários grupos, classes e categorias profissionais estão trilhando hoje no Brasil. Trata-se de um movimento histórico. *A luta de classes no Brasil está neste patamar.* Contudo, as lutas sociais não são algo retilíneo e pré-estabelecido. Não existem leis gerais e naturais na evolução das lutas sociais. Estas são marcadas pela escolha humana dentro de dadas circunstâncias históricas. Por serem escolhas, não escolhas individuais, mas resultado de um período de lutas de classe, não há como

determinar o caminho que trilharão. O que nos resta é identificar as tendências e lutar para que se confirmem as tendências à liberdade, à revolução, à emancipação humana.

Uma pequena amostra de como as lutas sociais são contagiantes e tendem a generalização pode ser evidenciada na tabela abaixo.

**Total de greves nas esferas pública e privada
Brasil, 2012 e 2013**

Esfera	2012		2013		Taxa de crescimento (%)	Variação da participação (pp)
	Nº	%	Nº	%		
Esfera Pública	410	46,8	933	45,5	127,6	-1,2
Funcionalismo público	381	43,4	796	38,8	108,9	-4,6
Empresas estatais	29	3,3	137	6,7	372,4	3,4
Esfera privada	464	52,9	1.106	54,0	138,4	1,0
Esfera pública e privada ¹	3	0,3	11	0,5	266,7	0,2
Total	877	100	2.050	100	133,8	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Esta tabela não dá conta da natureza das greves, mas demonstra que em 2013 há uma retomada das mais variadas categorias de trabalhadores de seus processos de luta. Na esfera estatal e privada, conjuntamente, houve um aumento de quase 134% de greves de 2012 para 2013, ou seja, aumentou de 877 para 2050 registros de greves. Na esfera privada, o número é considerável, aumentando de 464 para 1106. Sem querer generalizar estas informações, que demandam uma análise mais detalhada, quero registrar com isto que a luta de classes no Brasil está a avançar. A questão é: para onde?

Para onde?

Toda uma jornada de lutas vem sendo construída no Brasil a partir dos anos 2000. Tal jornada não tem uma liderança, um partido, uma grande organização que possa arrogar a si a propriedade de tais lutas. Tal jornada de lutas não tem uma cara só, é um mosaico contraditório de muitos vai-e-véns, de rompimentos, reconciliações, disputas encarniçadas, de algumas vitórias, muitas derrotas, várias perdas, alguns ganhos, tentativas de apropriação por oportunistas etc. É a luta de classes em estado bruto.

Existem pelo menos três tendências que disputam os rumos políticos das lutas hoje no Brasil: a) *a tendência burguesa*, ou seja, aquela que declaradamente está no outro lado da trincheira. Esta tendência se afirma hoje nas chamadas “manifestações coxinhas” convocadas por organizações como “Brasil Livre”, “Movimento Vem pra Rua” etc. A ligação destas organizações com os partidos políticos burgueses é clara e nem merece uma consideração séria em termos de lutas sociais. Contudo, registro aqui que esta é uma tendência existente na atualidade de capturar as insatisfações sociais e o movimento popular para o palco da política burguesa-parlamentar (isolar a questão corrupção, defesa despolitizante de *impeachment* etc.). É necessário ficar atento à sua dinâmica e desdobramentos; b) *a tendência burocrática* (sindical, partidária, parlamentar) que ainda teima em existir, embora hoje não seja mais a única como já foi em outros momentos históricos. Esta tendência se confirma nos partidos políticos de esquerda, nos sindicatos controlados por tais partidos políticos, nos políticos profissionais que tentam angariar prestígios junto aos movimentos sociais, nos coletivos de orientação ideológica burocrática (trotskistas, maoistas, guevaristas, prestistas etc.). Muitas vezes, no bojo das lutas, se confundem com a tendência autônoma e, nas manifestações, não é incomum estarem lado a lado com esta tendência. Daí a necessidade de distinção entre ambas; c) *a tendência autônoma*, que vem buscando se afirmar, encontrar suas formas de atuação, seus locais de ação, o discurso adequado às suas práticas, sua relação com o estado, com as instituições etc. Mas é esta, com certeza, aquela que verdadeiramente vem arrepiando a moral política dos espíritos burgueses e burocráticos de todas as cores políticas e bandeiras partidárias.

Dentro de cada uma destas tendências há divergências. Por exemplo, dentro da via burguesa, as tendências que defendem intervenção militar e as tendências que defendem a via democrática. Dentro das concepções burocráticas de “esquerda”, as variações se dão de acordo também com os grupos políticos mais moderados ou mais radicais, mas uma moderação e uma radicalidade dentro do quadro burocrático e institucional, sobretudo sindical e partidário.

Interessa-nos aqui, naturalmente, a que estou chamando de *tendência autônoma*. É unicamente nesta tendência que se apontam elementos novos em termos de ação política, de sociabilidade, de defesa real de interesses imediatos etc. As demais

tendências devem, portanto, ser constantemente colocadas em xeque, questionadas e rechaçadas concretamente nos mais variados fóruns de discussão e decisão dos movimentos existentes.

Karl Jensen (2001)¹⁹, ao analisar o desenvolvimento da luta operária, identifica três estágios pelos quais regularmente os trabalhadores em luta passam: *espontâneo*, *autônomo* e *autogestionário*. Estes estágios da luta operária são observáveis no curso da luta de classes ao longo da história, não é um modelo dentro do qual se possa enquadrar os movimentos. Contudo, a observação histórica nos permite identificar tais estágios de desenvolvimento da luta operária.

As lutas *espontâneas* são aquelas realizadas no cotidiano do capitalismo. Quando um operário “mata” serviço sem nenhuma razão aparente que justifique tal ato, quando o trabalhador “cozinha galo”, trabalha devagar, enrola no banheiro etc. ele está rejeitando o trabalho alienado, mas tal rejeição não se configura como uma ação coletiva e organizada. Ela é cotidiana, ocorre todos os dias e não é transfigurada em discurso e, sobretudo, não se realiza de forma coletiva.

As lutas *espontâneas* tendem a se desenvolver à medida que se radicalizam as disputas entre as classes. Desta rejeição espontânea surge o diálogo entre os trabalhadores, surge o panfleto, a greve, a comissão de greve, o piquete etc. Neste estágio, os trabalhadores já superaram suas burocracias sindicais e partidárias, já agem coletivamente e autonomamente, conformando as lutas *autônomas*. Aqui já se manifesta a “greve selvagem”, a recusa das direções sindicais, os conflitos inerentes entre “base” e “direção” dos sindicatos etc.

Neste estágio das lutas, os trabalhadores já agem revolucionariamente, mas ainda não vislumbram nada além das meras reivindicações (salários, planos de carreira, condições de trabalho, às vezes a exigência de reconhecimento das comissões de greve criadas, moradia, melhoria no transporte coletivo etc.). Contudo, as lutas *autônomas*, quando se desenvolvem, apontam para situações cada vez menos passíveis de serem recuperadas pela institucionalidade burguesa. Quando os trabalhadores além de

¹⁹ Este artigo foi republicado também pela **Revista Marxismo e Autogestão** e pode ser acessado no seguinte link: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/2jensen2/108>.

reivindicarem, começam a criar formas novas de sociabilidade, produção, quando apontam para a necessidade de superação do capital, da burocracia, do estado etc. aponta-se no horizonte histórico aquelas convulsões sociais tão assustadoras aos espíritos burgueses chamadas revoluções. Quando os trabalhadores auto-organizados atingem tal nível de desenvolvimento de suas lutas, as lutas *autogestionárias*, é porque além de terem desenvolvido uma prática radical e revolucionária, desenvolveram também, devido a este mesmo processo de luta, uma consciência radical e revolucionária, ou seja, autogestionária.

Segundo Jensen,

O último estágio é o das lutas operárias autogestionárias. Aqui se revela uma luta que garante a recusa do capital e da burocracia e a afirmação da autogestão. O proletariado não só recusa o domínio do capital e da burocracia, mas também assume a direção revolucionária da fábrica e da sociedade. *Aqui não só se realiza uma ação revolucionária como também se manifesta uma consciência revolucionária.* Esta consciência significa não somente a compreensão do processo de exploração capitalista, da burocracia enquanto forma de dominação, mas também da necessidade de constituição de uma nova sociedade autogerida. A recusa do capital e da burocracia vem acompanhada pela associação coletiva que passa a autogerir as relações de trabalho e o conjunto das relações sociais. *O combate ao capital e ao estado é acompanhado da consciência de que eles devem ser destruídos e que em seu lugar somente a autogestão pode garantir novas relações sociais, igualitárias.* Nasce a consciência de um objetivo: a revolução social, o que pressupõe uma visão da totalidade das relações sociais e da articulação do movimento operário no sentido de generalizar o processo autogestionário. *É imprescindível a percepção disto, pois o comunismo, tal como colocou Marx, não surge da mesma forma que o capitalismo, através do desenvolvimento da propriedade, e sim do domínio consciente dos seres humanos sobre sua vida social, ou seja, sem consciência revolucionária não é possível uma sociedade autogerida* (Jensen, 2001, p. 26) (grifos meus).

Este é, em verdade, o projeto político do movimento operário revolucionário e dos coletivos revolucionários que expressam os interesses do proletariado. Não devemos ficar no nível das lutas autônomas, tal como as já alcançadas pelas lutas sociais no Brasil. Devemos, enquanto militantes revolucionários, intervir nas lutas existentes de caráter autônomo e tensionar para que saiam deste estágio e avancem para um ainda mais irrecuperável, ainda mais radical, as lutas autogestionárias. *Isto quer dizer que o papel dos indivíduos, coletivos, grupos revolucionários na atualidade não é somente o de acompanhar*

e apoiar as lutas autônomas existentes, mas sim, de contribuir para que elas avancem para além de si mesmas.

Um das principais razões das Jornadas de Junho de 2013 terem se dissolvido foi sua incapacidade de criar outras coisas para além dos protestos. A exceção dos coletivos autônomos que já estavam em nível mais avançado do que o conjunto da população que caiu nas ruas em 2013, aquelas grandes passeatas foram incapazes de se reinventar, de criar laços mais profundos nos locais de trabalho, moradia, estudo. As lutas autônomas que tomam o cenário político hoje no Brasil devem ter consciência dos limites das Jornadas de Junho, mas sobretudo, devem olhar para si mesmas e identificar que é necessário radicalizar ainda mais, que é necessário avançar ainda mais, que é necessário galgar mais um patamar e alcançar o estágio autogestionário, ou seja, revolucionário.

Esta é, na verdade, a condição de garantia de sua vitória ou de manutenção de suas conquistas. Como é perceptível, há hoje em dia no Brasil um avanço radical das políticas neoliberais em todas as esferas (educação, saúde, direitos trabalhistas, moradia, questão agrária etc.). As pequenas conquistas, por exemplo, de 2013, como a revogação do valor das tarifas, foram, nos anos de 2014 e 2015, compensadas por aumentos ainda mais abusivos. O que se configurou como grande vitória em 2013, conformou-se como derrota em 2015. Assim, não se deve ficar no nível e no elogio das lutas autônomas. As lutas travadas hoje devem ser radicalizadas, aprofundadas. *Se há uma estratégia revolucionária para os nossos dias, esta estratégia consiste em os revolucionários atuarem nos movimentos e organizações autônomas existentes no sentido de fazerem avançar para o estágio autogestionário²⁰.*

A única forma de garantir que as pequenas vitórias de hoje (o caso dos estudantes de São Paulo, por exemplo, que ocuparam as escolas obrigando o governador Geraldo Alckmin a recuar do projeto de reorganização) não sejam engolidas pela reação do estado amanhã é generalizando as lutas autônomas para as demais esferas e,

²⁰ Obviamente este não é o único elemento da estratégia revolucionária. Também a luta cultural: crítica rigorosa das ideologias dominantes; produção artística de caráter crítico-revolucionário; divulgação das ideias e concepções revolucionárias junto às classes trabalhadoras via internet, panfletagens e outras formas possíveis também são importantes momentos da estratégia revolucionária hoje.

sobretudo, fazendo-as avançar para o estágio autogestionário. Isto colocaria os patrões e o estado em uma condição defensiva, fazendo com que os direitos conquistados fossem mantidos e, sobretudo, ampliados.

Alguns setores já deram mostras de que não só é possível, como é necessário arrancar aos sindicatos e aos partidos políticos o controle das lutas. Os garis do Rio de Janeiro, os professores de Goiás, Paraná e São Paulo, a juventude do MPL e coletivos da mesma natureza, os secundaristas de São Paulo e Goiás que ocupam suas escolas etc.²¹ Contudo, o proletariado, ou seja, a classe social que produz o mais-valor nas fábricas, no campo, na mineração, na construção civil, na extração de petróleo etc. ainda não entrou como classe autodeterminada. Não estamos aqui excluindo que existam lutas espontâneas no cotidiano do trabalho. Estas são inerentes ao modo capitalista de produção, nem que não haja greves, sobretudo sob controle e domínio das instituições sindicais, nem que momentaneamente não se formem comissões de greve, manifestações autônomas dentro dos locais de produção, por exemplo, as revoltas dos operários das Usinas de Jirau e Belo Monte, que incendiaram dormitórios e parte do canteiro de obras das Usinas em protesto contra as péssimas condições de trabalho e atraso no pagamento de salários.

Refiro-me aqui ao aparecimento do proletariado no cenário político nacional. Isto ainda não aconteceu. *Eis aí mais um aspecto da estratégia revolucionária de nossos dias, colocar em evidência a necessidade de ascensão das lutas proletárias, inclusive para fortalecer estas várias lutas autônomas que explodem pelo país.* Somente com a entrada em cena do proletariado como classe autodeterminada, afetando a produção de mais-valor, é que se tornará possível a entrada do Brasil em um momento revolucionário,

²¹ Abre-se aqui um leque de pesquisa que demandaria uma colaboração entre revolucionários e pesquisadores de todos os estados do Brasil a fim de se fazer um levantamento rigoroso e detalhado das lutas dos trabalhadores e demais seguimentos da sociedade, averiguando o tipo de organização e ação política que desenvolvem. Uma tal pesquisa colaborativa possibilitaria a produção de material informativo para desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas, bem como criaria condições de produção de um memorial das lutas populares no Brasil. As iniciativas que já existem, geralmente são enquadradas em pressupostos quantitativos pouco eficientes para uma avaliação política mais detalhada (DIEESE, por exemplo), ou então são laboratórios acadêmicos que estão mais interessados em levantar, catalogar etc. sem se atentar para os objetivos políticos, que é o que interessa ao revolucionário.

portanto, de questionamento global e radical do modo de produção capitalista e da totalidade da sociedade burguesa.

Uma última palavra

À guisa de conclusão, quero ressaltar mais um último aspecto. Ao longo desta análise, ressaltai várias vezes o caráter das lutas autônomas no Brasil a partir dos termos que foram sendo cunhados nas próprias lutas: autônomo, independente, horizontal, apartidário/antipartidário, ação direta, combatividade, espontaneidade, descentralizado. Estes termos transcrevem ao nível discursivo, da consciência, o conteúdo das lutas que estão sendo travadas por vários setores da sociedade brasileira: juventude, professores, garis etc. Quero aqui acrescentar mais um: *autogestionário*. Obviamente que a entrada do Brasil em um momento revolucionário depende de muitas determinações: condições econômicas, estabilidade do capitalismo internacional, capacidade de mobilização e atuação das mais variadas classes trabalhadoras desprivilegiadas, engajamento de setores progressistas no processo revolucionário, atuação dos movimentos sociais, auto-organização do proletariado e demais classes trabalhadoras etc. Uma destas determinações é a questão da consciência e do projeto político. Ter a devida conta de que é necessário avançar das lutas autônomas para as autogestionárias já é em si processo que mobiliza a ação para atos mais avançados e mais radicais. *Esta é, verdadeiramente, a estratégia revolucionária de nossos dias.*

Referências

ARVON, H. **A Revolta de Kronstadt**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **La Autogesion**. Mexico, DF. Fondo de Cultura Econômica, 1982.

AUTHIER, D. **Para a história do movimento comunista na Alemanha de 1918 1921**. In: _____ (org.). *A esquerda alemã (1918-1921)*. Porto: Afrontamento, 1975.

BRAGA, L. **A classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado**. São Carlos: Pedro & João, 2013.

BRINTON, M. **Os Bolcheviques e o Controle Operário**. Porto: Afrontamento, 1975.

BRITO, J. C. A. **A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre**. Petrópolis: Vozes, 1983.

FERREIRO, R. **La Lucha de Clases en Argentina: Entre la Revolución Proletária y la Recuperación Burguesa**. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.

GUILERM, A. & BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

IBRAHIM, J. **Comissões de fábrica**. São Paulo: Global, 1986.

JENSEN, Karl. **A luta Operária e os Limites do Autonomismo**. Revista Ruptura. Ano 8, número 7, agosto de 2001. Goiânia, Movimento Autogestionário, 2001.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LISSAGARAY, P-O. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

MAIA, L. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Revista Enfrentamento**. Goiânia: ano 9, N. 15, jan/jun. 2014.

_____. Para além dos protestos. **Revista Enfrentamento**. Goiânia: ano 8, Edição Especial, jul. 2013.

_____. **As classes sociais em O Capital**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

MAILER, P. **Portugal: a revolução impossível?**. Porto: Afrontamento, 1978.

MARONI, A. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, K. **A Comuna de Paris**. In: VIANA, N. (org.). Escritos revolucionários sobre a Comuna de Paris. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

_____. **Miséria da filosofia**. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

_____. **La guerra civil en Francia**. Pikin, 1978.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MATTICK, P. **Rebeldes y renegados: la función de los intelectuales y la crise del movimient obrero**. Barcelona: Icaria, 1978.

_____. **Integração capitalista e ruptura operária**. Porto: Afrontamento, 1977.

PANNEKOEK, A. **Los Consejos Obreros**. Madrid: Zero, 1977.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, N. **Estado Democracia e Cidadania: a Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003a.

_____. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

_____. Universo psíquico e reprodução do capital. In: *Psicanálise, capitalismo e cotidiano*. Goiânia: Edições germinal, 2002.

_____. **A dinâmica da violência juvenil**. Rio de Janeiro: BookLink, 2004.

_____. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Florianópolis: Bookess, 2012.

VINÍCIUS, L. **A guerra da tarifa**. São Paulo: Faísca, 2005.

VITULLO, Gabriel Eduardo. **Teorias da Democratização e Democracia na Argentina Contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.